



A permanência do culto às Ilhas Malvinas na atualidade e a sua relação com a história do
tempo presente

Veredas da História

Rafael Macedo da Rocha Santos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é associar a devoção incondicional dos argentinos às ilhas Malvinas no passado com noções inerentes a uma nova prática de trabalho historiográfico: a História do Tempo Presente.

Palavras-Chave: Nacionalismo; História do Tempo Presente; ilhas Malvinas.

The permanent veneration of the Falklands Islands nowadays and your relation with the
history of the present

Abstract: The goal of this article is relate the incondicional devotion of the argentinians about the Falknads islands in the past with notions of a new practice in the historiographic work: the History of the Present

Keywords: Nationalism; History of the Present; Falkland Islands

1 - Debate conceitual a respeito da idéia de nação e nacionalismo:

O conceito de Estado Nacional seria inevitável e imprescindível para a ascensão dos conflitos mundiais em larga escala durante o século passado. A insegurança gerada pelas experiências liberais e burguesas no século XIX e pelo inerente choque entre os Estados, o Imperialismo, precipitou o surgimento do culto ao princípio de “nação”.

www.veredasdahistoria.com

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail para contato: rafaelmrsantos@yahoo.com.br



Para os críticos das funções da História Política como Karl Marx ou Sigmund Freud, o Estado seria um instrumento intrínseco de dominação, seja sob a forma de luta de classes (Marx) ou como repressora dos impulsos humanos (Freud). A posição desempenhada pelo Estado na sociedade, estando acima dos interesses de classes, para estes dois autores, legitimava uma posição de dominação ideológica de uma classe dirigente.

A crítica de Karl Marx à noção de Estado se baseia na relativização do seu conceito de luta de classes e sua substituição pela noção de pertencimento a um território. Naturalizava-se assim o conceito de exploração e dominação econômica sobre o proletariado. De acordo com a teoria marxista das relações internacionais: “tratar o Estado como uma estrutura de poder que representa toda a sociedade seria ignorar seu papel central de manter uma ordem jurídica e política que assegure a continuidade do processo de acumulação capitalista”. (MESSARI e NOGUEIRA, 2005: p. 109).

O caráter “internacionalista” da Revolução proletária, preconizada por Marx, esbarrava no culto à nação, que os faziam ser “cidadãos respeitadores” de uma ordem interna. Karl Marx concebeu a idéia de “nação” e “territorialidade” como fatores que colaboravam para diminuir a resistência do proletariado à exploração burguesa, dividindo-os em núcleos e estabelecendo ideologias para facilitar a “espoliação”.

O nacionalismo no final do século XIX surge atrelado à idéia ao surgimento de grupos de extrema direita xenófobos. Seus membros atacavam os liberais, os socialistas e os estrangeiros e concebiam a atuação do estado como uma proteção natural através da adulação incondicional aos seus dogmas (HOBSBAWN, 1988: p. 204).

O conceito de nação é uma anomalia para o marxismo, segundo Afonso Carlos dos Santos (2001). Para os marxistas, o Estado não é uma entidade natural, mas sim histórica, construída pelos homens e de natureza arbitrária (MANCINI, 1985: p.20). Os marxistas relacionam os nacionalismos, assim como a religião, com o controle ideológico das elites sobre o proletariado como se as fronteiras de cada nação representassem o raio de atuação de uma determinada burguesia em detrimento de outra (HOBSBAWN, 1991). Estas “tradições” são inventadas por elites para justificar a importância de suas nações.

Sigmund Freud (1865-1939) interligou a irrupção dos sujeitos na sociedade humana com a presença de impulsos reprimidos nos homens. Ao analisar o comportamento dos homens de Estado, Freud entendeu que os cidadãos aceitam a limitação de suas vidas por



meio da partilha a valores coletivos. O indivíduo salva o seu próprio “eu” da dor e da anônima, embora tenha que aceitar a verdade única do “chefe”:

Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional e do sucesso na moderna sociedade capitalista em não ser um “perdedor”. Isso permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida face aos medos interiores, que surge como argamassa da identificação da massa com o seu líder. É desta forma que o indivíduo é alienado (...) em favor da plena identificação com o seu líder ou com sua nação (SILVA, 2001: p.92).

A irrupção da sociedade industrial de massas no século XIX e XX introduziu um conceito de Estado forte, ancorado em um contexto de acentuação da questão nacional e de obediência aos princípios estabelecidos pelo “chefe”. A tradição montada sobre um passado mítico e glorioso é erguida em uma razão única, capaz de dar sentido ao vazio de identidade vivido por cada um (SILVA, 2001: p.79).

Freud utiliza-se da terminologia “mal-estar” para caracterizar a existência de uma sociedade que naturaliza a repressão contra o indivíduo em todos os seus aspectos. Trata-se de um plano de construção do indivíduo enquanto projeto de felicidade idealizado pelas elites. A educação autoritária freudiana tende a negar qualquer sentimento que seja considerado como fraqueza humana e compreende a aceitação da dominação burguesa. O papel do inconsciente, da libido e das pulsões sexuais sobre “os homens de Estado” exerceria grande responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultando a ambição e o apetite do poder próprio do “político” (REMOND, 1996: p.20).

A exaltação da frieza e do distanciamento em relação ao outro em favor de um coletivo anônimo consolidou-se como uma das heranças perpetuadas pelos líderes fascistas. Constroem-se, portanto, as bases de idolatria em nome de uma causa nacional sob as figuras de chefes carismáticos. Aniquilava-se a possibilidade de felicidade enquanto projeto individual para o êxito da coletividade e introduziam-se algumas novas variáveis como dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteiras.

Tais ideias corroboram o “inerente” choque de interesses entre as nações, acirrando as rivalidades e precipitando conflitos em larga escala, já que passaram a se basear na ideia de *territorialismo*, ou seja, quanto maior for seu território, maior serão seus poderes, suas riquezas e sua capacidade de subjugar os outros Estados. Sua nacionalidade prevaleceria sobre os demais, perpetuando-se noções de alteridade, supremacia e hegemonia.



A questão das nacionalidades, na acepção freudiana, surge como um impulso à perpetuação de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede de lidar com ela. Os nacionalismos ganharam visibilidade e pertinência diante da descrença dos indivíduos do século XIX nas teorias marxistas e liberais (CHAUÍ, 2000: p. 35). A identificação das massas com a idéia de “nação” cresceram tanto no século XX que tornou-se difícil até de controlar tanto para os Estados quanto para seus incentivadores civis.

A Revolução Francesa (1789) aboliu os direitos feudais e os privilégios do Estado absolutista. Ao implementar e legitimar uma ordem burguesa no poder instaurou noções como igualdade de direitos entre os homens e separação e independência entre os poderes. O advento do liberalismo na França eliminou uma lógica patrimonialista sobre as ações do Estado, havendo uma ênfase no individualismo desde então.

Durante o processo de nivelamento político, jurídico e financeiro do Estado e da sociedade, estimulou-se a ação do mercado sobre os termos do liberalismo. Levantava-se assim um poder soberano e legítimo sobre os privilégios feudais e diante de uma sociedade fragmentada e dividida. Tal falta de coesão atrapalhava o fluxo de mercadorias e a circulação de pessoas, da qual dependia o êxito de uma ordem liberal.

As práticas de acumulação de riquezas estatais passaram a serem compreendidas como de interesse público, criando uma noção de coletividade. Com a centralização da administração e a nivelção territorial do Estado se consolida uma ordem de acumulação burguesa. As atribuições estatais passariam a ser de funções estritamente policiais.

Enquanto o Estado atravessasse turbulências que evitassem sua preponderância e hegemonia econômica, sejam elas de ordem interna ou externa, poderia apropriar-se da coletividade para alcançar tais objetivos. Os indivíduos enquanto agentes políticos e novo corpo participante das decisões políticas desempenhariam uma função primordial na manutenção de uma ordem alheia a seus desejos. O Estado, oriundo da Revolução Francesa, compreende-se desde então como uma utopia coletiva, acima de toda e qualquer classe social sem nenhum tipo de distinção, contribuindo para a união comum de interesses, um compromisso que todos adquirem desde o nascimento com a sua terra.

O Estado, segundo Maquiavel, surgia como condutor dos povos oprimidos rumo à liberdade e pode ser considerada como o “pano de fundo” para o surgimento da idéia de Estado-Nação. Tanto Thomas Hobbes quanto Maquiavel no século XVI concebiam o Estado



e os poderes do “príncipe” como instâncias únicas e necessárias para o êxito de uma sociabilidade. As presenças de um governo forte e de um Estado centralizado eram compreendidas como um dos caminhos naturais e inerentes à natureza humana².

A concepção que prevalecia antes do surgimento da “Nação” como uma instituição política era o termo “Pátria” que se refere ao território natal, ao lugar de nascimento. Tal expressão é oriunda da palavra *Pater*, que significa Pai, ou seja, remetia a ideia de poder Pátrio ou “o que pertence ao Patrimônio”. Até o século XVIII, a ideia de Estado ainda conotava uma ligação intrínseca com Deus e o poder absolutista. A nação passará a significar uma ligação maior com temas políticos em relação à antiga “Pátria”.

A noção de nação inaugurou uma fase de erupção de disputa entre as grandes potências europeias por mais zonas de influências no século XIX. Segundo Silva (2005), o princípio das nacionalidades emergiu como uma forma de resistência de alguns povos às pretensões imperiais de potenciais europeias em ascensão tardias como a Alemanha e a Itália.

Embora o surgimento da nação seja atribuído à datas imemoriais, seu ano de nascimento ocorreu por volta de 1830, momento de apogeu das revoluções liberais francesas. A ideia de nação surgiu como uma tentativa de incluir os habitantes no território da administração estatal e de obter lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que esta disputava a hegemonia dos trabalhadores com o marxismo (CHAUÍ, 2000: p. 17).

Segundo Benedict Anderson (1994), o conceito de nacionalismos pode ser compreendido mais como uma construção do senso comum do que como uma doutrina perpetuada pelos Estados. Os nacionalismos possuem legitimidade emocional profunda entre a população a ponto de se tornarem entidades históricas inquestionáveis, mais antigas do que realmente são, pois impõe um vínculo com um passado comum como origem.

Para Eric Hobsbawm (1988), os nacionalismos são construções culturais imaginárias, que não são tão antigos quanto a História. O advento do conceito de nação, embora associada pelos realistas à subsistência e à sobrevivência de um povo contra as investidas externas, inaugurou o conceito de “guerra total” no século XX (SILVA, 2005: p. 240).

² O conceito de Estado propriamente em si emana no século XVI, entretanto, continua interligado à ideia de Estado absolutista. O Estado, portanto, ainda surgia dos interesses da monarquia e dos reis, sem adquirir um caráter “público” e sem conotação “inclusiva”. A palavra nação, embora já existisse no século XVI, ainda não possuía um sentido político e era designado somente para apontar um grupo de descendência comum geralmente de grupos sociais excluídos como negros ou índios no caso do Brasil.



O século XX assistiu a uma larga conexão entre Estado-Nação e a ideia de razão segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2005). Nesse sentido, a luta pelo nacional ultrapassava qualquer noção de certo e errado principalmente porque ganharia densidade popular: introduzia-se o caráter “messiânico” aos movimentos de culto ao nacionalismo.

Hobsbawn (1991) afirma que os nacionalismos eram o elo entre as políticas domésticas e internacionais principalmente em períodos de turbulência interna. Para este autor, o século XX criou a necessidade de existência de um Estado para cada povo ou etnia, já que essa era a única maneira de protegê-los contra a investida de outras potências.

O italiano Giuseppe Mazzini (1985) relaciona a existência das nações a persistência de valores morais e a consciência nacional que molda seus hábitos de acordo com os desejos de uma classe dominante. Quando o capitalismo se viu ameaçado pela onda de correntes marxistas no século XIX, recorreu ao Estado Nacional como único elemento provedor de unificação social e obediência aos governos.

A resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista gerou uma onda de conservadorismo personificadas na figura do culto às nações, ou seja, uma volta ao passado. O medo das classes médias europeias de um fortalecimento maciço das classes mais baixas deu um elemento de identificação à população, que personificavam o inimigo no estrangeiro, no “outro” e não no seu compatriota. O nacionalismo responde por boa parte dos conflitos culturais e manifestações de etnocentrismo na atualidade.

Os nacionalismos criaram hegemonias e visões de alteridade de uma nação para outra. Desse modo, o culto às nacionalidades inaugurou uma interação constante entre os membros de uma coletividade a favor de causas nacionais. O século XX inaugurou o nacionalismo de massa, ou seja, de alteridade e de “não reconhecimento” da nacionalidade de um sobre o outro. Eric Hobsbawn (1988) destaca suas especificidades: “O nacionalismo ataca a democracia, demole o anti-clericalismo, luta contra o socialismo e solapa o pacifismo, o humanismo, o internacionalismo e o liberalismo” (p.203).

Temporalmente, o auge do advento do conceito de nacionalismo ocorreu entre 1880 e 1914 e esteve atrelado ao desenvolvimento de grupos de direita radicais, segundo Hobsbawn (1991). Para este mesmo autor, o nacionalismo “se tornou uma ideologia manejável dentro da estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser um mundo liberal e um mundo liberal seria feito de nações” (p.113).



Para os liberais, as nações eram objetos da ação da natureza e eram necessárias para relacionar a terra (o território) às questões culturais de cada povo. Nesse sentido, as nações poderiam coexistir sem a necessidade da guerra para regular suas relações embora a existência do Estado, sem a existência da nação, fosse considerado artificial e arbitrário.

Segundo Marilena Chauí (2000), entre 1880 e 1918 os Estados europeus precisavam mais do que a simples passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”: o patriotismo, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade “imaginária” cuja tradição começava a ser inventada: “A palavra nação vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), (...) por extensão, os indivíduos nascidos de uma mesma mãe, e posteriormente os nascidos no mesmo lugar” (p.14).

Chauí (2000) aponta que o nacionalismo é uma ponte de ligação entre o passado e o presente. Nesse sentido, a História se torna sempre presente, no momento em que a veneração aos Estados Nacionais não encontra barreiras físicas, espaciais e nem temporais. A fundação da nação torna-se constantemente perene. A nação se transformou em um poderoso instrumento de submissão da população em favor de regimes e governos.

O século XIX viu as massas adquirirem conscientização de classe e o surgimento de novas ideologias que colocaram as populações como novas definidoras das políticas estatais. Os Estados europeus precisavam do consentimento dos novos “cidadãos” e de seu engajamento para ações de contenção contra as outras potências. Eles também precisavam incluir todos os seus habitantes sobre o seu domínio³.

A criação da nação buscava ser um instrumento de unificação social, no sentido imaginário, em questões que não encontraram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. O Estado nacional abriu historicamente o caminho para o capitalismo com a criação do mercado, mediante o estabelecimento de espaços territoriais submetidos a autoridades impessoais e regras homogêneas.

A “nação” é um fenômeno dotado de grande historicidade “construído pelo imaginário, este artefato (a nação) precisou da História para se legitimar e para fazer crer que a identidade dos países estava assentada em um passado frequentemente anterior à própria existência do Estado”. O século XIX consolidou a “nação” politicamente, enquanto no século seguinte, esse conceito se consolidaria culturalmente através do senso comum. A

³ A razão de ser dos Estados europeus no século XIX, o “Imperialismo”, só seria possível com a ascensão do conceito de Estado-Nação, já que produziria uma identificação que justificaria a conquista expansionista.



força dessa consciência popular se constitui como a força propulsora da História das nações e é a única criação “típica” da era moderna, segundo Kramer (1997).

A ideia de nação se confunde com a trajetória percorrida pelo próprio conhecimento histórico. Ambas as suas origens remontam ao século XIX e estão amparadas na noção de “identidade”. As duas expressões se “debatem” com problemas metodológicos complexos relacionados à repetição de fenômenos relacionados à exacerbação da nacionalidade e continuação do passado em torno da fundação da nação. Nesse sentido, o nacionalismo se relaciona à História por ambas serem focos de construção de memória coletiva: para Lloyd Kramer (1997), as ideias nacionalistas são o ponto de junção entre as ações políticas promovidas pelos Estados e a identidade cultural da população em uma união dinâmico de conagraamento de interesses desses dois lados.

As representações de nacionalismo oferecem uma gama de representações de realidade que alimentam as ideias de formação nacional. As ideologias são componentes essenciais para a construção imaginária das nações: a necessidade de materializar essas representações em torno de símbolos como monumentos e locais de veneração. Como componentes claros de uma época moderna, os nacionalismos possuem ligação incontestável com a História Contemporânea, visto que o nacionalismo é um produto direto da Revolução Francesa.

As origens das ilhas Malvinas no imaginário popular argentino:

A alteridade social e individual relacionada ao nacionalismo se baseia em uma resposta que se impõe como uma verdade, para o qual não há escolha. As bases da diferença são abolidas frente a instituições homogeneizadoras como a noção de Estado-Nação. Assim sendo, a ideia de nação não cria espaço para o “outro” e se transforma em um poderoso valor moral no qual se ergue uma cooptação eficaz (SILVA, 2005: p.136).

De acordo com Rene Remond (1996), o século XX vira eventos políticos desempenharem um papel de destaque na história das sociedades. Segundo o general prussiano Karl Von Clausewitz, o êxito de uma guerra depende da sua capacidade de mobilizar todos os recursos de uma sociedade, entre eles, o mérito de engajar plenamente a participação de sua população civil em torno de uma “causa nacional”. A reafirmação do



poder de um líder ou de um governo que conta com o pleno apoio de seus comandados centraliza seu papel de “condutor” e amplia suas capacidades no diz respeito à ampliação de suas atribuições e monopolização de atenção em torno de sua figura. A centralização de todas as esferas da vida social em torno do governo era tentador para líderes “ilegítimos”.

As guerras do século XX tiveram como diferencial em relação aos outros conflitos de períodos mais antigos, de acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2005), o fato de que estas emergiram atreladas à Revoluções ou serem responsáveis por elas. Suas peculiaridades residem no encontro entre sua capacidade destrutiva resultante do grande desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de uma literatura bélica no século XIX.

O incontestável engajamento civil em torno de “causas comuns” legitimou as Forças Armadas como instituições centrais de poder no século XX: “se um país quer a guerra, todos os seus meios de subsistência devem estar concentrados nas mãos das Forças Armadas, que devem ser dominantes nesse sentido” (SILVA, 2005: p. 243). Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2005), o nacionalismo exaltado era uma ponta de lança aglutinadora para grupos com inclinações fascistas e ortodoxos e ao mesmo tempo adquiriam um biombo justificado para qualquer aventura militar⁴.

A grande interação entre a população argentina e o governo em torno das Malvinas é outro fator a ressaltado. Não importava quem fosse o inimigo, a afronta não poderia ser tolerada⁵. Era completamente indiferente, tanto para a Junta quanto para a população, a ação militar unilateral que iniciara a crise. Para os argentinos, quem colocara em ameaça a paz e a segurança internacionais fora a Grã-Bretanha ao não transferir a soberania das ilhas. Demonstrações de força e gestos de alteridade eram exaltadas por uma população que momentaneamente esquecera-se de todos os pecados cometidos pela Junta antes de 1982.

Segundo Palermo e Novaro (2007), apesar da ocupação à força de um território estrangeiro, ninguém na Argentina se considerava “belicista” ou pelo menos assumia essa condição, apesar de que fora a Argentina quem iniciara a crise e que também se dispunha a defendê-lo pela força. Nesse sentido, todas as ações promovidas pelo governo militar, por

⁴ “Nossa população pode confiar que tanto na parte diplomática quanto na parte militar, a situação continua amplamente favorável” (Comunicado Oficial 28 do dia 21/04/1982). “O povo sabe que junto com os militares está lutando do lado da verdade e da justiça” (Com. Oficial nº 21). As notícias difundidas pela Junta de que pequenos aviões *Pucara* provocaram danos irreversíveis ao Porta-aviões *Invincible* completaram a “ilusão”.

⁵ O jornalista Antônio Cabral (1983), em uma das poucas obras brasileiras sobre o tema, afirmava que “os ingleses divertiam-se com aquele estranho inimigo que sem pudores, ousava desafiar tropas preparadas para enfrentar as forças do Pacto de Varsóvia durante a Terceira Guerra Mundial”.



mais irracionais que fossem, seriam amplamente respaldadas por uma população passiva, que legitimaria toda e qualquer adotada pelas Forças Armadas.

Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva (2005), um dos traços característicos do século XX em comparação com outros períodos da História, fora a participação das populações civis em conflitos, seja em números de vítimas em guerras, seja como agentes condutores de litígios. Os interesses das sociedades contemporâneas se tornaram intimamente ligados ao poder e às reivindicações dos Estados, que assim passaram a buscar o monopólio legítimo para o uso da força, inclusive fora do ambiente doméstico.

Todo conflito adquiria um caráter exagerado para suas populações segundo Clausewitz. Nesse sentido, a guerra das Malvinas se insere em uma lógica clássica que concebe a guerra como a continuação da política interna por outros meios. Os críticos desse pensamento, principalmente estudiosos de relações internacionais, enxergavam nela uma alternativa para políticos em crise, como se a guerra fosse um instrumento a mais da política.

O nacionalismo criava noções de percepções distorcidas que se justificavam em qualquer medida irracional adotada em um estado de guerra. A crença de se estava caminhando *para a frente* alimentava a crença de que a Argentina unida era invencível por mais que o inimigo fosse uma grande potência. A modernização da Pátria e a construção nacional eram inseparáveis na visão de um “futuro promissor”.

A perspectiva de se tornar uma potência regional, na visão geopolítica dos militares ultranacionalistas, coincidia com a construção da abundância de recursos naturais que as ilhas proporcionavam e a relevância de sua localização no desenvolvimento do Estado Nacional (NOVARO e PALERMO, 2007: p. 540). O “golpe” legitimaria as Forças Armadas ao demonstrar como elas eram imprescindíveis à Nação e adiaria por pelo menos 4 anos a transição para o regime democrático (de 1984 até 1988).

Durante a Guerra Fria, não somente a Argentina, mas Estados Unidos e União Soviética utilizaram-se de um conflito para justificar a repressão às dissidências internas como nas Malvinas. A sensação de insegurança fornecia suporte para as políticas intervencionistas dos Estados, justificadas como garantias para a sociabilidade a partir da vigência de governos autoritários (MUNHOZ, 2005: p. 270).

A mobilização civil a favor do governo militar na guerra das Malvinas fora incondicional e as manipulações de informações oficiais durante o conflito alimentavam um



sonho antigo cultivado por todo argentino. Sindicatos opositores como a CGT, exilados do regime militar como o Nobel da Paz Adolfo Esquivel Perez e presidentes de regimes constitucionais derrubados por insurreições militares como Arturo Illia vieram a público para demonstrar “total solidariedade com qualquer medida pública adotada pelas Forças Armadas” (NOVARO e PALERMO, 2007: p. 572).

O general deposto por um golpe palaciano em 1981 pela Terceira Junta Militar promotora da invasão às Malvinas, Roberto Eduardo Viola, fora pessoalmente a Casa Rosada mandar felicitações ao seu “alcoz”. As Madres da Praça de Maio suspenderam suas manifestações de contestação ao regime adotando um novo slogan: “As Malvinas são argentinas e os desaparecidos também”. O nacionalismo argentino em torno das Malvinas era quase uma “religião coletiva” conforme palavras de Lloyd Kramer (1997).

Diversas opiniões de populares demonstravam que a recuperação das ilhas estava acima de quem as houvesse recuperado⁶. As exaltadas manifestações espontâneas de apoio a um regime ilegítimo correram o mundo e demonstraram a irracionalidade de uma população em êxtase em apoio a um governo nitidamente impopular. Veremos a partir de agora como se construiu essa base de idolatria em torno das ilhas ao longo da História.

A intensidade do sentimento argentino sobre as Malvinas não é difícil de exagerar. Ocupadas à força por uma potência estrangeira desde 1833, as ilhas remontam aos argentinos um passado mítico, de luta pela consolidação do território nacional contra uma potência “invasora” nas lutas de independências nas primeiras décadas do século XIX. As ilhas remontavam à ideia de “libertação nacional” tão presente na história de países periféricos que ao longo do tempo sofreram com algum tipo de fratura territorial.

A preocupação com temas nacionais na Argentina já era bem conhecida e se manifestava de diversas maneiras. O revisionismo histórico em uma sociedade politizada criava uma sensibilidade nacional que não se limitava somente aos militares e aos governantes: “era um conjunto de sentimentos, atitudes e ideias rascunhadas (...) que revelaram uma grande capacidade para dissolver polarizações” (ROMERO, 2006: p.88).

Não restam dúvidas de que o sentimento que os argentinos possuem em torno da soberania das Malvinas fora construído a partir do século XX, mais precisamente a partir da

⁶ As mais de 150 mil pessoas presentes espontaneamente à Praça de Maio no dia da invasão às Malvinas lembravam às manifestações do século XIX e o costume rotineiro que os argentinos possuem de ir às ruas e às praças em momentos decisivos da vida política do país.



década de 20 com o famoso escritor argentino Paul Groussac. Com suas obras literárias, Groussac começava a despertar paixões ocultas, criando um sentimento intempestivo de que ilhas fossem reincorporadas ao “patrimônio nacional” por questões “éticas” e “justas”.

Embora seja assunto recorrente a cartógrafos, juristas, jornalistas, psicólogos e geógrafos, é na História que os reclames argentinos se baseiam. É na História, amparadas basicamente por “acontecimentos verdadeiros” e “fatos irrefutáveis” (como a usurpação de 1833), é que a Argentina se pauta para reivindicar sua soberania e angariar apoios internacionais, embora a questão das ilhas seja um tema muito sensível, onde todos os argentinos, inclusive leigos, opinam abertamente também em obras literárias. Todos têm seus discursos prontos para justificar a soberania das ilhas se esta estiver em debate.

A ciência política também ocupa um rol de destaque nas reclamações argentinas: a construção de consensos nacionais que façam das decisões de governos uma questão de Estado, que perdue diante das mudanças de homens, partidos ou ideologias.

Os mais variados governos argentinos, desde governos constitucionais até regimes de exceção, orgulham-se do fato de que jamais o país aceitou a ocupação britânica de seu arquipélago e nunca renunciou de denunciar a presença britânica em seu território⁷. A postura dos distintos governos argentinos das mais variadas tendências é sempre a mesma independentemente de sua orientação ideológica: protestar diante da ocupação nos organismos internacionais pertinentes de cada época.

Os reclames argentinos em torno das Malvinas pareciam se acentuar e se articular claramente em torno de uma mescla de conjuntura interna e externa favoráveis. De fato, tradicionalmente, os nacionalismos argentinos foram valorizados em contextos históricos internacionais mais intolerantes como nos períodos de conflitos mundiais de massa e acompanha de perto acentuação do individualismo na sociedade moderna.

A ideia de “libertação” e “usurpação” contra uma potência estrangeira, portanto, era um dos poucos assuntos unânimes entre os argentinos. As dificuldades de unificação do país no século XIX pareciam continuar com o imbróglio das Malvinas e eram a “ponta de lança” entre presente e passado⁸. O procedimento violento do governo britânico, quando expulsou os argentinos das ilhas em 1833, atingiu em cheio o orgulho do povo argentino que ao longo

⁷ Apesar de um grande “hiato” de quase 40 anos nas reclamações junto à Grã-Bretanha durante o século XIX.

⁸ A independência da Argentina (1810) ocorrera somente 23 anos antes da “usurpação” britânica de 1833.



de 150 anos foi criando uma situação de revanche justificada à medida que em que conceitos culturais comuns surgiam principalmente ao longo do século XX:

O sentimento nacional de desagravo à sua bandeira, com o perpassar dos anos, foi avolumando-se e ganhou forma, ensinado à juventude argentina desde os bancos da escolas primárias, onde os livros e mestres sustentavam continuamente que as Malvinas eram argentinas. E esse desagravo passou sem grande esforço aos chefes militares passando a constituir uma espécie de obsessão coletiva que, impaciente, aguardava qualquer oportunidade (DUARTE, 1986: p. 30).

As Malvinas ocupavam um lugar de destaque absoluto nas atenções do imaginário da população argentina, que sonhava que a nação emergiria após 150 anos sem a presença de um “invasor” indesejado em seu território. Nesse sentido, mesmo as possibilidades de as riquezas minerais que se especulavam existirem nas ilhas (petróleo, por exemplo), não juntariam condições plenas para que os argentinos se convertessem em uma potência regional (como sonhavam os militares) apesar de as Malvinas possuírem uma privilegiada localização geográfica, na confluência entre o Atlântico e o Pacífico.

As grandes transformações sociais atravessadas pela Argentina ao longo do século XX explicam como se formou o nascimento do culto dos argentinos às ilhas Malvinas. O sonho de reaver a soberania das ilhas pela população do país havia atravessado gerações e se transformado em uma questão de *honra* para todos os argentinos. A questão estava enraizada como causa nacional repleta de valores e simbolismos pelos quais a população estava disposta a se sacrificar (NOVARO; PALERMO, 2007: p. 540).

A “argentinidade” era um sentimento unânime e consensual entre as diversas correntes políticas do país. Sucessivos governos aproveitaram-se do grande engajamento dos argentinos em questões políticas para criar uma aparente coesão em torno de questões “belicistas” que arraigavam boa parte de uma população, que já havia experimentado grandes períodos de militarização devido às inúmeras ditaduras do século XX. Essa mesma “argentinidade” havia os isolado de sua realidade latino-americana ao longo do último século, ao promoverem manifestações explícitas de alteridade e preconceito frente aos vizinhos. O nacionalismo exacerbado “os deixavam mais fortes do que realmente eram”.

A incorporação ativa das massas como corpo político relevante é ressaltado por Mônica Hirst (1985) como um dos principais legados dos governos argentinos no século XX. O surgimento de fenômenos como o “populismo” e o “nacionalismo” articulavam



diretamente uma vertente interna e externa de reivindicações populares apesar da predominância das elites no poder durante a década de 30.

O golpe que empossou o general Uruburu na presidência em 1930 inaugurou uma sequência de insurreições militares na Argentina. As incertezas econômicas relacionadas à crise econômica de 1929 marcariam um período de decadência financeira da Argentina que ao longo do século XX perderia sua preponderância regional para o Brasil. Em um contexto de crise econômica e instabilidade política, discursos que remontavam à ideia de “Pátria Grande” possuíam grande apelo popular e eram tentadores para governos em crise.

A década de 30 do século XX é decisiva para o acirramento dos nacionalismos argentinos, principalmente quando começam a se articular com orientações antiimperialistas com discursos populares, de fácil aceitação e compreensão pelo senso comum. Desde os anos 20, a formação de uma poderosa classe média urbana oriunda da crescente industrialização do país do curso acelerou essa conscientização. A “usurpação” cometida por uma grande potência era um elemento crucial para um Estado que acabara de ganhar consciência nacional e o tema adquiria um *status* de “mito fundador”⁹.

O próprio sistema educacional argentino se baseava na aprovação de um projeto de lei (nº 11904 de 1934) do deputado socialista Alfredo Palácios para aprofundar e difundir nas bibliotecas populares e escolas argentinas, a inclusão de um capítulo em todos os livros didáticos da Nação a respeito da “usurpação” britânica de 1833. Segundo Palácios, a alegação “não vinha de um homem de partido, mas de um argentino” (PALÁCIOS, 1934). A “injustiça”, alegava Palácios, não poderia “passar despercebida”.

Segundo Rosana Guber (1999), fora Palácios, o grande incentivador do mito Malvinas na sociedade, de uma antiga pendência diplomática para uma causa nacional, apesar de o socialismo tradicionalmente condenar o territorialismo sob todas as suas formas: “Palácios estava interessado em criar um consenso nacional contra a perda da soberania das ilhas e articulava as Malvinas ao destino da República, da democracia, dos tratados comerciais e dos miseráveis” (NOVARO e PALERMO, 2007: p.575).

⁹ A ideia de “mito fundador” estabelece uma conexão com o passado que nunca cessa além de sempre encontrar maneiras de se reciclar e permanecer constante. A expressão *mito* se constitui como algo de origem inquestionável, que independe das vontades humanas e são alimentadas em função de representações de realidade, quando não são encontradas soluções concretas para tensões e conflitos no nível da realidade. Alguns historiadores argentinos refutam a ideia de mito fundador para as Malvinas, já que as ilhas: “no tienen una historia de dioses ni de héroes, sino de poderes imperiales, de agentes imperiales, de agentes de Estados nacionales monárquicos y republicanos” (GUBER, 2007: p.13).



De acordo com Romero (2006), a partir de meados dos anos 30, criou-se na Argentina um sentimento chauvinista¹⁰ influenciado pelas correntes antiliberais e ultranacionalistas vindas da Europa. As pressões da população argentina sobre as Malvinas aumentariam consideravelmente a partir desse momento. Esse novo nacionalismo congregava grupos político de direita e esquerda, em um discurso convergente e principalmente conciliador:

Nesse novo enfoque os inimigos da nacionalidade não eram os imigrantes, nem “a escória democrática”, nem os “vermelhos”, mas a Grã-Bretanha e a oligarquia entreguista. Esse anti-imperialismo tornou-se uma arma retórica e política rentável e formidável, capaz de atrair o apoio da direita e da esquerda. O discurso antiimperialista começou a ser freqüente nas retóricas de políticos radicais e socialistas, de dirigentes sindicais e intelectuais (ROMERO, 2006: p. 67).

Os elementos de imperialismo designavam as atitudes coercitivas de um centro metropolitano dominante governando um outro território distante: o colonialismo. Edward Said (1979) relaciona essa prática ao controle da soberania política de um Estado por outro sendo alcançado por meio da violência e da dependência econômica, social ou cultural.

Os povos subordinados eram tidos como inferiores ou selvagens, pois não conseguiram pelas suas próprias forças adquirir uma soberania plena. No caso das Malvinas, a persistência do imperialismo, mesmo em uma conjuntura desfavorável à esta prática, consistia na dominação de todas as esferas da vida e pela ausência de soberania plena e controle sobre todo o território. Por outro lado, o fato de ser alvo de “piratas” confirmava a riqueza do seu território (preponderante sobre os demais) e a cobiça a que eram objeto.

As Malvinas só passaram a ser de interesse público argentino a partir da conscientização da Argentina enquanto nação a partir de 1930. O vagaroso processo de consolidação do Estado Nacional está associado às isoladas notas de protesto diplomáticas encaminhadas pelas Províncias Unidas do Rio da Prata¹¹ no século XIX: quatro ao todo. Se considerarmos somente o período entre 1947 e 1963, elas somariam mais de 30.

¹⁰ Chauvinismo é a forma mais radical de manifestação de nacionalismo. A intolerância contra o estrangeiro ou o forasteiro ultrapassa a barreira do racional e torna a convivência e a coexistência insustentável.

¹¹ A Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) seria decisiva para que a Argentina se consolidasse como Estado unificado com predomínio de Buenos Aires sobre as outras províncias. A invasão do país por tropas paraguaias de Solano Lopez criou um sentimento de coesão e enfraqueceu as províncias rebeldes de Corrientes e Entre Rios comandadas pelo general Urquiza.



Diferentemente do Brasil, a maneira como as independências das antigas colônias da América Espanhola criaram a figura do “libertador” do jugo das potências imperialistas. Estas figuras foram personificadas pela figura dos generais que povoam os monumentos públicos destes países e se enraizaram no imaginário popular. A associação desta figura com as Malvinas corroboravam uma tradição de lutas constantes que se iniciou no século XIX com a grande rivalidade criada com o Brasil em diversos momentos da História.

As grandes transformações atravessadas pela Argentina ao longo do século XX explicam como se formou o nascimento do culto dos argentinos às ilhas Malvinas. As dificuldades políticas e econômicas oriundas da crise internacional de 1929 obrigaram os argentinos a buscar um desenvolvimento econômico nacional. Isso contribuiu para criar e evidenciar um novo enfoque dado ao nacionalismo argentino ; o tema das ilhas se transformou em algo urgente , muito perigoso para “aproveitadores” como Anaya e Galtieri.

A economia argentina , desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX , esteve atrelada ao fornecimento preferencial de matérias primas para Grã-Bretanha. Tal alinhamento pode explicar a quase ausência de reclamações argentinas sobre a soberania das Malvinas durante as três primeiras décadas do século XX: somente dois reclames argentinos foram veiculados contra os britânicos: um em 1908 e outro em 1928¹². A ausência de foros internacionais até o início dos anos 20 e a corriqueira persistência de assuntos relacionados ao colonialismo no mundo até a criação da ONU em 1945 contribuiu para que as reclamações argentinas se concentrassem exclusivamente em notas de protesto bilaterais da Argentina junto à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos.

As constantes lutas entre distintas facções políticas se inseriam em um contexto de busca por reformas e grande instabilidade institucional. O papel central do Estado , nesse contexto como mediador , era essencial para apaziguar uma sociedade que fora tomada por conflitos políticos anacrônicos. As grandes transformações internas supriam uma demanda pela participação do governo frente às crises financeiras externas e além da proposta de salvação de seus próprios interesses mediante a repressão (RAPOPORT, 1997: p. 81).

¹² A Argentina fizera uma pequena queixa em 1908 contra a inclusão das ilhas como possessão britânica na Convenção Internacional e Universal de Roma. Em 1928, a Argentina fizera o primeiro protesto a respeito da soberania das ilhas Geórgias do Sul, que também faz parte do arquipélago junto com as Sandwich do Sul.



Buscava-se assim pelas elites argentinas neutralizar o sindicalismo e enfraquecer movimentos oriundos das massas, principalmente o peronismo¹³.

A decrescente influência britânica sobre a economia de Buenos Aires também contribuiu para um considerável esforço por partes dos governos autoritários e radicais para ativar assuntos relacionados à “Segurança Nacional”. O fluxo de capitais ingleses para a economia local foi drasticamente reduzido a partir dos anos 40 devido a uma política protecionista adotada pelos britânicos (ROMERO, 2006: p.68).

Nesse sentido, as transformações sociais e econômicas na Argentina precipitaram a formação de uma classe operária engajada e participativa. No decorrer da Segunda Grande Guerra, o isolamento do país imposto pelos Estados Unidos em detrimento do Brasil criava um dos primeiros de acirramento de nacionalismo na Argentina. Esse “vazio” de influência gerou graves mudanças sociais, acelerando mecanismos institucionais ideológicos de controle das classes menos favorecidas como o peronismo. A ascensão de novas organizações de esquerda como a CGT ameaçava a estabilidade do empresariado argentino.

O xenofobismo na Argentina alcançaria grandes proporções durante os anos 30 e 40 do século XX. Segundo Romero (2006), o ataque à democracia liberal e ao comunismo se inseria em uma lógica mundial de ocorrência de ditaduras e regimes totalitários. O Exército começou a desenvolver uma consciência de classe corroborado pelo nacionalismo uruburista e difundido por um pequeno grupo de radicais xenófobos. Foi por conta desses fatores que o tema ganhou crescente relevância na sociedade, principalmente por conta da grande instabilidade política que se perpetuaria até 1983. Nesse sentido, a radicalização da sociedade e a militarização interna acompanham de perto a evolução política das negociações sobre as ilhas como uma espécie de “termômetro” entre a política doméstica e as pressões argentinas sobre transferência de soberania nos organismos internacionais.

Desde então, as Forças Armadas desempenhariam a partir de então um papel de protagonismo na política nacional e se transformaria em ator político crucial¹⁴. A divisão ideológica seria acentuada pela ascensão do peronismo nos anos 50¹⁵ que gerou uma

¹³ De acordo com Mario Rapoport (1997), o Partido Socialista argentino obteve um número recorde de votos nas eleições legislativas realizadas na década de 30, o que preocupava a elite do país.

¹⁴ De 1930 até 1982, a Argentina vivera 28 anos sob estado de sítio e assistira em média a mais de uma ruptura institucional por década. Ao longo desses 52 anos, 21 presidentes assumiram o poder. Desses, 3 completaram o período para o qual foram eleitos. Somente entre 1962 e 1981, foram 6 golpes militares.

¹⁵ O próprio peronismo pressupunha uma participação central do Estado na condução da vida social argentina.



ferrenha luta entre sindicatos e as elites argentinas. O entusiasmado nacionalismo militante argentino chocou-se com inúmeras correntes políticas como o liberalismo, o radicalismo, o socialismo ou o peronismo. O fator diferenciador entre todos e a ênfase no nacionalismo residiam no caráter *territorialista*, já que o solo e a missão “divina” do Estado em conservá-lo era o único fator que unificam estas ideologias. As Malvinas eram o único elemento consensual em um país completamente rachado por brigas internas.

Nesse momento (anos 40 e 50), a intervenção do Estado argentino na economia ganharia mais espaço. As grandes transformações internas supriam uma demanda pela participação do governo frente às crises financeiras externas e além da proposta de salvação de seus próprios interesses mediante a repressão (RAPOPORT, 1997: p. 81). Assim sendo, buscava-se neutralizar o sindicalismo e enfraquecer movimentos oriundos das massas.

A perda das ilhas responde a uma lógica arbitrária e injusta: uma potência imperial formada contra uma jovem nação em consolidação e envolta em guerras civis. O uso da força no litígio sempre fora atribuído aos ingleses. A recuperação das ilhas, por meio da força, era o método certo para reparar a ofensa de 1833¹⁶ na “mesma moeda”. Por diversas vezes, parecia que a Argentina interessava mais pela recuperação à força do que necessariamente por meio da diplomacia. Os governos autoritários, por exemplo, levaram as negociações à uma espécie de “diplomacia secreta”: diversos regimes militares já haviam cogitado a hipótese de retomar as ilhas por meio da força antes da guerra de 1982¹⁷.

A propaganda era outro fator incentivador e era promovida pelos governos argentinos desde meados da década de 30 havia se enraizado com uma força impressionante. Em 1938, o governo do general Agustín Justo criou a *Junta de Recuperação das Malvinas*, em parceria com a sociedade civil com o intuito de aprofundar a conscientização sobre o tema. A *Junta* organizou um concurso literário com poesias, sonetos e contos sobre as Malvinas para colaborar com a construção de uma identidade patriota. A vencedora do certame foi a *Marcha de las Malvinas* dos compositores Carlos Obligado e José Tieri:

¹⁶ Em 2 de Janeiro de 1833, a corveta britânica *Clio* chegou às ilhas e intimou os argentinos a evacuarem o lugar. Arriou-se a bandeira argentina das ilhas, expulsou-se o governador argentino Luís Vernet e hasteou-se o pavilhão britânico. Desde então, a Argentina reclamava sua soberania sem resultados. Grande parte dos argentinos, inclusive intelectuais, se referia a esse ato como “o grande atentado de 1833”.

¹⁷ O Comandante da Marinha Argentina e também membro da Primeira Junta Militar do Processo de Reorganização Nacional (1976) Emílio Massera havia elaborado um plano tático de assalto rápido às ilhas em 1977 que não fora concretizado graças à interferência do então presidente Jorge Videla.



Trás su manto de neblinas/ no las hemos de olvidar/ Las Malvinas Argentinas!/ clama el viento y ruge el mar/ Ni de aquellos horizontes/ nuestra enseña han de arrancar/ pues su blanco está en los montes/ y en su azul se time el mar/ quién nos habla aqui de olvido/ de renúncia, de perdón?/ ningún suelo más querido/ de la Pátria en la extensión (FIGUEIRA, 1978: p. 92).

A partir de meados do século XX, com a ascensão do peronismo, é que as manifestações de contestação à presença britânica nas ilhas ganhavam mais consistência. Em 1953, ocorre mais um inesperado fato: o presidente Perón envia um emissário à coroação da Rainha Elizabeth II com a proposta de compra das ilhas pelo valor que fosse estipulado pela Coroa britânica. O lance de efeito, além de ser rechaçado pelos britânicos, demonstrara o esforço que os governos argentinos faziam para reaver as ilhas por qualquer meio possível.

Essa nova identidade do nacionalismo argentino na segunda metade do século XX coincidia com as transformações internas do país que passava a identificar os problemas públicos como sendo pessoais conforme o episódio a seguir. De fato, isso inaugurou uma nova fase de *vale tudo* tanto do povo quanto do governo para recuperar as ilhas.

Em 28 de Setembro de 1966, um grupo de cerca de 20 jovens peronistas com idade média de 23 anos decidiu adotar uma medida radical: seqüestrar um avião em Río Gallegos e obrigar o piloto da aeronave juntamente com seus passageiros a descerem em Stanley (capital das ilhas) para obrigar a rendição do governador. A repercussão do caso na imprensa argentina fora amplamente favorável à atuação de seus “chicos”, apesar da condenação pública do general Juan Carlos Onganía, presidente *de facto* da época.

O militar sabia que os louros dessa “vitória” deveria ser trunfo das Forças Armadas e não de grupos ligados ao peronismo¹⁸. A questão das ilhas estava tão enraizada junto ao senso comum que se tornava um tema era extremamente sensível, acessível a todos os segmentos sociais e que despertavam paixões muitas vezes incontroláveis, capazes de realizar qualquer plano governamental que não se concretizasse no plano da “realidade”.

O compositor argentino de pseudônimo *Athualpa Yupanqui* escreveu em 1971 uma música sobre as ilhas Malvinas chamada “Hermanita Perdida” que obteve grande receptividade em seu país. Fora durante a presidência do ultranacionalista Alejandro Lanusse, um dos inúmeros militares argentinos que incentivaram o culto às Malvinas. O título da canção faz referência a um parente querido que precisava retornar ao lar:

¹⁸ A constante predominância de regimes militares na Argentina ao longo do século XX está associada à tentativa das elites do país de derrotar definitivamente o legado do peronismo pela força.



De la mañana a la noche/ De la noche a la mañana/ En grandes olas azules/ Y encajes de espumas blancas/ Te va llegando el saludo/ Permanente de la Pátria/ Ay, hermanita perdida/ hermanita, vuelve a casa/ Malvinas, tierra cautiva/ De un rubio tiempo pirata¹⁹/ Patagônia te suspira/ Toda la pampa te llama/ Seguirán las mil bandeiras/ Del mar, azules y blancas/ Pero queremos ver una/ Sobre tus piedras clavada/ Para llenarte de criollos/ Para curtirte la cara/ Hasta que logres el gesto de la Pátria/ Ay, hermanita perdida/ Hermanita: vuelve a casa (FIGUEIRA, 1978: p. 92).

A unificação do território nacional se encontrava incompleta sem a anexação das ilhas, argumentavam os argentinos. Nesse sentido, a nação é a terra e não seu povo e adquire um sentido *pátrio* ligado ao lugar de origem. Como as Malvinas sempre foram consideradas como uma causa que envolve noções como *justiça* e *legitimidade*, os argentinos defendiam uma intervenção armada se necessário fosse²⁰. A aplicação de uma História simples relacionada a “feitos” e “fatos” transformava uma questão puramente jurídica em uma causa nacional, de fácil acesso a todos e incontestavelmente verdadeira e indiscutível. (GUBER, 2007: p. 14).

A *atemporalidade* da questão das Malvinas, enfim, desafia os estudiosos das ciências humanas, em especial a História, ciência tradicionalmente tão atrelado a problemas *encerrados* pela ação do tempo. A especificidade e a complexidade do conflito de 1982 seja nas relações internacionais, seja nos mais variados campos de análise das ciências humanas corroboram as noções modernas que atrelam a interdisciplinaridade como o novo paradigma do conhecimento científico.

A História do Tempo Presente e a questão das ilhas Malvinas na atualidade:

Segundo Karl Schuster Leão (2005), os historiadores do Tempo Presente se concentram em um mundo que é dado e construído por seus conceitos pessoais. A análise dos historiadores acerca de questões relacionadas ao distanciamento de seu objeto é colocada em xeque pelo nacionalismo. O etnocentrismo em torno das Malvinas tornou-se

¹⁹ Nota-se a referência na canção a um “tempo pirata” relacionando à usurpação britânica de 1833. Vale lembrar que no século XIX, a Inglaterra era uma grande potência naval conhecida como a *Rainha dos Mares*.

²⁰ Alguns argentinos defendem sua vocação pacifista ao mesmo tempo em que justificam a validade e a justiça da guerra das Malvinas, afirmando que o país nunca possuiu vocações imperialistas e que o conflito de 1982 foi a única guerra internacional em que a Argentina se envolveu no século XX.



algo “corriqueiro” para os argentinos, pois envolve a afirmação de uma identidade cultural mesmo para profissionais que deveriam manter uma certa neutralidade.

Um dos pressupostos elementares da História do Tempo Presente consiste justamente no fato de que o historiador pertence a um presente, que não pode ser ignorado. Suas análises se baseiam em uma ideologia dominante e por postulados de sua época em uma relação entre realidade observada e o olhar que a observa. Estes historiadores analisam um mundo que é dado, mas construído de acordo com preceitos pré-construídos.

O olhar do historiador do presente é construído socialmente e é prejudicado pela ausência de uma teoria específica sobre como tratar a complexidade do presente. Ao mesmo tempo, ele não deve se cegar a um presente, embora suas noções de verdade e objetividade lhe sejam peculiares. Daí surge a dificuldade de estudar coisas que não remetem a uma cadeia de certezas constituídas pelo seu olhar e contato (LEÃO, 2005).

A proposta inicial do tempo presente consiste em oferecer novas interpretações dos acontecimentos históricos. O historiador do tempo Presente não pode ignorar movimentos coletivos (principalmente àqueles relacionados à política contemporânea) e permanentes de construção de memória, que adquirem um caráter *totalizante*. O seu objeto de estudo não é os períodos de tempo, mas sim o problema. A proximidade com os acontecimentos do presente confirmam como o olhar do pesquisador das ciências humanas é construído socialmente através de sua própria conjuntura de vida.

O tempo presente se baseia na crítica à idéia de construção linear da História. Essa vertente do conhecimento histórico afirma que a História não deve se concentrar somente em um passado longínquo, pois essa disciplina não teria fim e se perpetuaria continuamente (LEÃO, 2005: p.2). A História que é escrita hoje é feita no nosso presente e tem como principal agente *dinamizador* os acontecimentos de natureza política pelo próprio ressurgimento da prática da História política a partir dos anos 70 do século XX.

A própria ciência política “moderna”, segundo René Remond (1996), é tida como o fio condutor que legitima a história contemporânea. Os modelos teóricos totalizantes são características da história do presente e permitem que todos os componentes das sociedades contemporâneas sejam representados. A elaboração de uma história que não se prenda a rígidos períodos históricos, mas que ajude a interpretar melhor os movimentos do passado e do presente concomitantemente, até mesmo para se evitar reducionismos.



As sociedades criam o que elas querem que *seja tradição* sem levar em conta qualquer concepção temporal. Segundo Edward Said (1979), a invocação do passado “constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente, daí a incerteza se o passado é de fato passado, ou se persiste no presente, em termos, sobre outras formas” (p. 33). Nenhum deles possui significados estritamente sozinhos e isolados. A idéia de que não há formas de isolar o passado do presente, uma forma de continuidade de um problema mal resolvido, é corroborada pelo nacionalismo argentino em torno das Malvinas:

Las Malvinas adquirieron distintos significados conforme pasaron los años pero es lo mismo, los actores que se disputaron tuvieron distintas banderas y los argumentos tras la discórdia acusaban el sinsabor de la razón y la equivocación a medias. Sea como sea, las islas se repiten en la sociedad como un problema irresuelto, algo así como un latir de algo que algún día debe recuperarse, aún con la contienda de 1982 en un halo de pérdida y confusión (VASQUEZ, 2007: p. 21).

A conclusão de Remond (1996) é que realidade e percepções interferem no presente. Como toda crise diplomática mal resolvida no passado, os efeitos de uma disputa incompleta se refletem no presente e demonstram que a questão das Malvinas é atemporal apesar das especificidades de cada época da História Argentina. Desde o final da guerra, a postura dos governos argentinos têm sido abrir um hiato no período da guerra, visto que a invasão unilateral de 1982 retirara apoios diplomáticos importantes do país. Alegam os argentinos que a guerra não modificou a legitimidade dos seus direitos.

Diversas reportagens veiculadas na mídia em Fevereiro de 2010 dão conta de que a questão das Malvinas continua sem uma solução satisfatória. Os britânicos insistem em explorar petróleo nos arredores das ilhas enquanto os argentinos reclamam que a exploração é ilegal porque burlará seus direitos soberanos sobre as ilhas. A tensão chegou ao ponto de os britânicos reforçarem sua presença militar nas ilhas em Março de 2010 por conta da crescente pressão que os argentinos exercem sobre o arquipélago. Não restam dúvidas de que as ilhas Malvinas ainda são importante condicionante da inserção de Buenos Aires na política internacional tanto hoje quanto no passado.

As entusiasmadas manifestações de apoio do presidente venezuelano Hugo Chavez oferecendo inclusive auxílio militar caso fosse necessário aos argentinos, esbarrou na moderação da secretária de Estado Hillary Clinton, que alterou de última hora os destinos de sua última viagem à América do Sul em princípio de 2010. A chefe da diplomacia incluiu



Buenos Aires em seu roteiro e ofereceu seus esforços de mediação para a “nova” crise entre dois *grandes* aliados. As lembranças nefastas que a guerra de 1982 trouxeram à diplomacia dos EUA ainda pareciam recentes e não totalmente “cicatrizadas”.

A Argentina continua reclamando nos foros que desde meados do século Ihe sustentam diplomaticamente suas reivindicações: Unasul, Não-alinhados, Mercosul, OEA. Na última cúpula latino-americana de integração em Cancun, México, em Fevereiro de 2010, o tema concentrou grande parte das tensões do encontro. Por iniciativa argentina, todos os presidentes da cúpula aprovaram uma moção de apoio aos direitos de Buenos Aires na questão das Malvinas. Isso comprova como na atualidade as ilhas continuam sendo um elemento importante de coesão e consenso nas complexas relações interamericanas.

As Malvinas são um entrave ao que muitos estudiosos chamam de *Pós-Modernidade*: a persistência de temas relacionados ao culto incondicional de antigas ideologias *totalizantes* como o Estado-Nação em pleno século XXI. Reforça-se assim a especificidade que o tema adquire, exercendo influência direta sobre os rumos da República Argentina até hoje.



Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1994.

AYERBE, Luís Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Unesp, 2002.

BALZA, Martín. *Malvinas, Gesta e Incompetência*. Buenos Aires: Atlântida, 2002.

BALESTRINI, Alberto (org.). *Pensar Malvinas*. Buenos Aires: Observatório Parlamentario de la Cuestion Malvinas, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Eixo Argentina-Brasil: O Processo de Integração da América Latina*. Brasília: UnB, 1987.

_____. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. *La formación del Império Americano: de la guerra contra España a la guerra en Irak*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.

BARBÉ, Esther. *Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1995.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.

CABRAL, Antônio; MARTINEZ, Hugo; WILSON, Marcos; GODOY, Roberto. *Guerra Santa nas Malvinas: história de uma derrota*. São Paulo: EMW Editores, 1983.

CARRIL, Bonifácio Del. *La cuestión de las Malvinas*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.



DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Conflito nas Malvinas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: UnB, 1998.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J.. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: 34, 2004.

FERRER, Aldo. *A economia Argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HECKER, Alexander. A História política e seu historiador. In: *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Revista da USP, 2005.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KOCKA, Jurgen. Comparison and beyond. In: *History and Theory*, v.42, pp.39-44, 2003.

LEÃO, Karl Schurster. *Ver e não ver: paradigmas das teorias do Tempo presente*. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica do Tempo Presente, 2005.

LERDA, Juan Carlos e BAUMANN, Renato (orgs.). A integração em debate: Brasil-Argentina-Uruguai. In: MUNHOZ, Dércio Garcia. *Dívida Externa, um viés anti integração*;

MANCINI, Pasquale. *Sobre la nacionalidad*. Madrid: Tecnos, 1985.



NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: USP, 2007.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAPOPORT, Mário. *A guerra das Malvinas e a política exterior argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1997.

_____. *El Laberinto argentino*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1997.

REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ROMERO, Luis Alberto. *Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

RUSSEL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. *El lugar de Brasil en la política exterior Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

SANTOS, Raquel Paz dos. La diplomacia cultural como un nuevo elemento para pensar las relaciones argentino-brasileñas (1930-1954). In: *CD del III Congreso de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de la Plata*: La Plata, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (orgs.). Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Linhares. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Clausuras Contemporâneas: Individuação, Regressão e Terror*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.



SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; COSTA, Darc (orgs.). *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). O Século Sombrio. In: *O Século XX e a experiência da guerra total*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

TERRAGNO, Rodolfo H.. *Falklands*. Buenos Aires: Ediciones De la Flor, 2002.

VERBITSKY, Horacio. *Malvinas: La ultima batalla de la Tercera Guerra Mundial*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.